


[illegible]



Nº DO PROCESSO	0019129/2024	DATA DE ENTRADA	06/08/2024 09:06:40
SETOR DO USUÁRIO	COMISSÃO DE LICITAÇÃO		
ASSUNTO	LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS		
COMPLEMENTO	IMPUGNAÇÃO AO PE 17/2024 - RECEBIDA EM 05/08/2024 PORÉM NAO FOI POSSÍVEL O CADASTRO DEVIDO		

<b>REQUERENTE</b> AEG SERVICOS MEDICOS LTDA	
<b>TELEFONE</b> (31) 3868-2058	<b>CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)</b>

[illegible]

<div data-bbox="201 1760 292 1856">  </div> <div data-bbox="312 1787 708 1843"> <p>Estado do Rio de Janeiro          Prefeitura Municipal de Maricá</p> </div>	<div data-bbox="841 1776 1032 1796"> <p>Nº DO PROCESSO</p> </div> <div data-bbox="841 1832 1117 1868"> <p><b>0019129/2024</b></p> </div> <div data-bbox="1222 1776 1412 1796"> <p>DATA ABERTURA</p> </div> <div data-bbox="1201 1836 1453 1859"> <p>06/08/2024 09:06:40</p> </div>
<div data-bbox="137 1908 285 1924"> <p><b>REQUERENTE</b></p> </div> <div data-bbox="143 1939 552 1960"> <p>AEG SERVICOS MEDICOS LTDA</p> </div> <div data-bbox="137 1980 242 1995"> <p><b>ASSUNTO</b></p> </div> <div data-bbox="143 2011 708 2031"> <p>LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS</p> </div> <div data-bbox="137 2051 306 2069"> <p><b>COMPLEMENTO</b></p> </div> <div data-bbox="143 2085 1511 2105"> <p>IMPUGNAÇÃO AO PE 17/2024 - RECEBIDA EM 05/08/2024 PORÉM NAO FOI POSSÍVEL O CADASTRO DEVIDO</p> </div>	



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - RJ**

**REF.:  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2024 – SRP  
PROCESSO N.º 2935/2023**

A empresa **A & G SERVICOS MEDICOS LTDA**, empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.532.358/0001-44, inscrição municipal nº 72104087, inscrição estadual nº 0035072600050, localizada na Avenida Francisco Firmo de Matos, nº 46, Eldorado, Contagem/MG – CEP: 32315-020, por seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor.

**DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

A Lei nº 14.133/2021 que regulamenta as licitações e contratos administrativos, prevê em seu artigo 164, caput, o prazo legal e os legitimados para interposição da impugnação ao edital. Vejamos:

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**. Grifo nossos.*

Neste sentido, determinou o referido instrumento convocatório:

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: **maricacpl@gmail.com**.



26.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.

Analisando o calendário temos:

AGOSTO 2024						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Logo, a impugnante apresentou sua impugnação de forma tempestiva, pois a sessão será dia 08/08/2024, e, contendo 3 dias úteis, a data de fim seria na segunda-feira dia 05/08/2024. Como a peça foi apresentada no dia 05/08/2024 às 08:00, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

#### **I - DOS FATOS:**

A impugnante tomou conhecimento da publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2024, a ser realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**, com data prevista para a realização no dia 08/08/2024. O referido certame prevê: *"Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação serviços de Transporte de apoio às atividades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, notadamente o transporte inter-hospitalar e transporte entre as Unidades de Saúde de Maricá, visando atendimentos primários e/ou secundários que por sua vez, necessitam de transporte seguro, confortável com os seguintes tipos de ambulâncias: Tipo B - ASB (ambulância de suporte básico), Tipo D – ASA (ambulância de suporte avançado); Tipo*



D – ASA OBESO (portadores de obesidade mórbida) e Tipo D - NEOPED (neonatais e pediátricos).

Ocorre que, ao selecionar as condições a serem preenchidas pelos licitantes para se tornarem vitoriosos na licitação, **o presente edital restou por exigir normas que acabam por prejudicar a execução do objeto licitado. Outro agravante foi a omissão de informações importantes que refletem diretamente na prestação de serviço.** Neste sentido, visando à adequação do presente edital à lei licitatória, apresenta-se a presente impugnação, com os argumentos abaixo.

## **II - DO DIREITO**

### **II.1 – DA PREVISÃO LEGAL**

Inicialmente, é importante ressaltar que o edital de licitação é um ato administrativo vinculado, ou seja, espécie de ato administrativo ao qual a lei estabelece requisitos e condições para sua realização. Esse é também um reflexo do princípio da legalidade ao qual se acha adstrita a Administração Pública.

Assim, na prática de atos vinculados o Administrador Público não pode agir discricionariamente, mas deverá sujeitar-se às estipulações legais ou regulamentares, e delas não poderá afastar ou desviar sem viciar irremediavelmente a ação administrativa. Nesse sentido é a lição do saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>:

*"Atos vinculados ou regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização. Nessa categoria de atos, as imposições legais absorvem, quase que por completo, a liberdade do administrador, uma vez que sua ação fica adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a validade da atividade administrativa. Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia do ato praticado, tornando-se passível de anulação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, se assim requerer o interessado."*

---

<sup>1</sup> *Direito Administrativo Brasileiro* – 24ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2000, p.149.



Seguindo tais premissas, a Lei nº 14.133/21, que rege as licitações e os contratos administrativos, estipulou não só a forma sob a qual devem ser elaborados os editais de licitação, como também quais as exigências podem nele estar contidas.

Em razão disso, não cabe ao Administrador optar pela inclusão, ou não, de certas cláusulas editalícias, ou acrescentar cláusulas não autorizadas pela Lei, sob pena de estar desatendendo a uma imposição legal que restringe a sua liberdade de atuação. Colocadas essas considerações, passamos a análise das exigências consignadas no instrumento convocatório em apreço.

## **II.II - DA VIOLAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS**

Sabidamente, o processo licitatório tem entre suas finalidades procurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, além de proporcionar um elevado nível de competitividade e igualdade de tratamento entre os participantes do certame, de forma a garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e isonomia, consoante art. 37 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, não é o que se verifica no caso em análise.

Analisando o instrumento convocatório em comento, verifica-se que o documento possui exigências ilegais que restringe o caráter competitivo do certame. Vejamos.

Com relação as suas exigências, o edital informa:

1.2 A contratada deverá manter uma central de atendimento no Município de Maricá, onde ficará a frota de ambulâncias, de acordo com as especificidades de cada item, objeto do referido termo. Essa central deverá ser dotada de equipamentos de tecnologia moderna para recebimento e pronto atendimento das demandas das Unidades de Saúde do Município de Maricá;

1.3 A contratada deverá manter bases descentralizadas próximas às unidades de saúde que necessitem utilizar o serviço de forma ágil;



IPVA. Os veículos deverão ser emplacados no município de Maricá, e devem estar comprovadamente com a vistoria em dia. A contratada deve possuir sede ou manter uma filial na cidade do Maricá, bem como suas ambulâncias devem ter passado pela vigilância sanitária e ter o Termo de Licença de Funcionamento.

## 22. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

22.20. Comprovar os requisitos impostos pela Resolução Anvisa RDC nº 59, de 27 de junho de 2010.

20.2 Especificação da frota, com a descrição e quantitativos das ambulâncias (chassi + acessórios + complementos), indicando suas características técnicas, de forma individualizada, como marca, modelo, capacidade e ano de fabricação, anexando cópias de todas as licenças do órgão de trânsito e demais órgãos fiscalizadores; e Cronograma físico quanto à disponibilidade das ambulâncias e dos acessórios, de forma a atender o início dos serviços.

(E.7) Licença sanitária municipal da sede ou domicílio da licitante, perante o órgão sanitário competente, para exercer as atividades de comercialização dos serviços objeto deste edital, nos termos do artigo 2º da Lei 6.360/76.

### ANEXO XI MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

*(denominação/razão social da sociedade empresarial)*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – (CNPJ) nº \_\_\_\_\_.

*(endereço da sociedade empresarial)*

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na \_\_\_\_\_ *(endereço das instalações)*, acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.





Da simples leitura dos trechos acima transcritos, nota-se que as exigências estabelecidas, afrontam as normas dispostas na Lei de Licitações e Contratos, pois **restringe o caráter competitivo do certame ao solicitar:**

- a) **que os veículos sejam emplacados no município de Maricá;**
- b) **determinar a empresa contratada tenha filial/base no município de Maricá;**
- c) **Ao determinar que os licitantes tenham licença sanitária baseando na Lei Lei 6.360/76;**
- d) **Ao determinar que os licitantes devem comprovar os requisitos impostos pela Resolução Anvisa RDC nº 59, de 27 de junho de 2000;**
- e) **Ao determinar que os licitantes devem apresentar declaração informando local das bases e apresentar em conjunto Alvará de Funcionamento;**
- f) **Ao determinar que os licitantes devem apresentar junto com a proposta Especificação da frota (chassi + acessórios + complementos).**

Com data máxima vênia, as restrições acima identificadas merecem serem revistas, para ao final, serem retificadas, conforme restará claro entrelinhas.

#### **DA IRREGULAR EXIGÊNCIA DE ABERTURA DE SEDE FILIAL NO ESTADO DO ÓRGÃO LICITANTE**

Inicialmente, esclarece-se, que a presente Impugnação não deve ser entendida como uma crítica negativa ao referido ato convocatório. Sua finalidade é unicamente como uma oportunidade para que a estimada Administração possa aperfeiçoar esse instrumento, conferindo assim, segurança jurídica, razoabilidade e competição sadia ao certame que se levará a cabo, bem como, para que, mediante essa colaboração, seja possível o suprimento de ilegalidades, como é o presente caso.

No tocante a exigência de abertura de filial da licitante no município de Maricá, esta exigência é uma clara afronta as normas previstas na Lei de Licitações e Contratos. Vejamos:

O artigo 9º da Lei de Licitações e Contratos ao dispor sobre a finalidade e regras do procedimento licitatório, previu expressamente que:





Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Através da interpretação literal supra, verifica-se que Lei de Licitação não concede a Administração Pública a possibilidade de exigir condições que comprometam o caráter competitivo do certame, dando margem a escolhas impróprias e escusas e desvirtuadas do interesse coletivo. Assim, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica e jurídica suficiente a justificar a restrição geográfica delimitada, a mesma se torna-se ilegal e abusiva.

Em consonância com essa ordem de ideias, o TCU determinou, nos Acórdãos nº 520/2015 – 2ª Câmara, e, nº 511/2012 – Plenário, o seguinte:

---

ACÓRDÃO Nº 520/2015 – TCU – 2ª Câmara. “Em tese, a limitação geográfica tem potencial de restringir a participação de empresas, mas pode ser necessária. 14. Assim, considerando a situação ocorrida, entende-se que o perímetro de doze quilômetros restringiu de fato a participação de outras licitantes no certame, incidindo na vedação contida no art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/1993. 9.2. recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nos termos do art. 250, III, do Regimento Interno do Tribunal, que, ao elaborar o edital referente à contratação para manutenção e reparo de veículos automotores, avalie a possibilidade de agrupar os lotes do certame segundo a marca dos veículos, **bem como avaliar se a disposição geográfica das oficinas mecânicas na cidade de São Paulo/SP é não uniforme**, com vistas a ampliar a competitividade da disputa e atingir maior número de empresas participantes”

ACÓRDÃO Nº 511/2012 – TCU – Plenário. 9.2.2. na licitação que vier a ser realizada em substituição ao contrato atual, corrija as seguintes falhas encontradas no Pregão Eletrônico nº 256/2011 e explicitadas no relatório e voto que fundamentam este acórdão: i) inadequação da fórmula de preços utilizada; ii) ausência de estimativa prévia de preços para a mão de obra; e



iii) utilização de critério de restrição territorial impróprio:

Nesse mesmo sentido, abaixo, apresentamos outras manifestações do TCU quanto a restrição do universo dos participantes de licitações:

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – “9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;”

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”

TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”

Exatamente nesses termos, pode-se verificar o posicionamento da Justiça

Federal:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EXIGENCIA DISCRIMINATORIA. 1- A EXIGENCIA DO LICITANTE DISPOR DE SEDE OU FILIAL NO MUNICIPIO EM QUE SE PROCESSA A LICITAÇÃO CONSTITUI OFENSA AO PRINCIPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES. 2- NÃO HA JUSTIFICATIVA DE INTERESSE PÚBLICO PARA ABUSO PRATICADO NO EXERCICIO DO PODER DISCRICIONARIO QUANDO DA VEDAÇÃO A INSCRIÇÃO DE EMPRESA QUE POSSUI FILIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO MUNICIPIO ONDE SE PROCESSA A LICITAÇÃO. 3-O PROCESSO LICITATORIO, PARA ATINGIR SUA FINALIDADE, PRECISA DA PARTICIPAÇÃO DO MAIOR NUMERO POSSIVEL DE PARTICIPANTES PARA QUE SE OBTENHA A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA O PODER PÚBLICO. 4- REMESSA OFICIAL IMPROVIDA. (TRF-5 - REOMS: 1673 CE 90.05.02492-5, Relator:

Desembargador Federal Jose Delgado, Data de Julgamento: 12/06/1990, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ DATA-13/08/1990)"



Deste pronunciamento, ainda, depreende-se o fato de a exigência ser discriminatória, ou seja, constituir flagrante tratamento diferenciado entre os licitantes, que interfere, inclusive, na ampla participação de licitantes de outras regiões/Estados.

Não se olvide que a constituição de nova sede ou filial acarreta custos extras de estruturação para os interessados que não a possuía instalada de antes da licitação, restando, assim, evidente o benefício aos interessados locais e o prejuízo ao tratamento isonômico. Essa perspectiva, aliás, consegue sozinha afastar potenciais interessados do certame, prejudicando a margem de possibilidade da obtenção da proposta mais vantajosa a esta administração.

Não há que se falar em discricionariedade no caso, pois a compreensão constitucional dos processos licitatórios afasta do rol de exigências aquelas que não sejam INDISPENSÁVEIS a garantia do cumprimento do contrato, em prestígio ao principal objeto da competição, o de possibilitar o maior número de licitantes aumentando-se as chances de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Importante frisar que tal exigência faz com que a empresa contratada tenha obrigatoriamente que apresentar alvará sanitário e de localização e funcionamento dessa nova base. Ocorre que, o edital sequer informa o prazo de início da prestação de serviço. Como uma empresa sediada fora do município de Maricá terá tempo para abrir base/centrais no local e solicitar os devidos alvarás nessas condições? Impossível, visto que, o alvará sanitário, por exemplo, eles solicitam em média mais de 160 dias para liberar o documento. Tenhamos como exemplo em Minas Gerais, o prazo médio para análise do Projeto Arquitetônico é de 90 dias corridos e para liberação do Alvará Sanitário 65 dias úteis, sendo que este último tem validade de 1 ano (lei: Lei 15102 de 14-05-2004).

Assim sendo, faz-se necessário uma reanálise nos termos do referido edital, com o fim de retirar essa e todas as exigências restritivas de direito que causam a ilegalidade do certame. Caso este não seja o entendimento do órgão, requer então que seja estipulado um prazo de comprovação da base da empresa dentro do referido Município. Entendemos que para ampliar a competitividade, faz-se necessário um prazo de pelo menos 120 dias devido a complexidade do objeto licitado.



**DA IRREGULAR EXIGÊNCIA DE EMPLACAMENTO DOS VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE ORIGEM DO ÓRGÃO LICITANTE**

Em seus termos, o edital em referência faz a seguinte exigência acerca dos veículos licitado:

3.2 Além do item 2.2, também, deverão ser incluídos no preço proposto os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato, inclusive seguros, licenciamento e IPVA. Os veículos deverão ser emplacados no município de Maricá, e devem estar comprovadamente com a vistoria em dia. A contratada deve possuir sede ou manter uma filial na cidade do Maricá, bem como suas ambulâncias devem ter passado pela vigilância sanitária e ter o Termo de Licença de Funcionamento.

A exigência de emplacamento que implica na obrigação de licenciamento e recolhimento do imposto IPVA no município de Maricá, é uma clara afronta as normas previstas na Lei de Licitações e Contratos, pois estabelece distinção entre as licitantes que possuem sede no referido estado e as que não possuem, restringindo a participação somente aos licitantes sediados no estado do Rio Grande do Sul.

Conforme já mencionado, o artigo 9º da Lei de Licitações e Contratos VEDA a exigência de condições e cláusulas que possam restringir ou frustrar o seu caráter competitivo do certame. Além disso prevê o seguinte:

*Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: (...)*

*b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;*

Pelo informado acima, conclui-se que não cabe Administração determinar em seus editais exigências que maculam o caráter competitivo do certame, pois tal conduta é totalmente diversa as normas previstas no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica e jurídica



suficiente a justificar a restrição geográfica delimitada, a mesma se torna-se ilegal e abusiva.

Destaca-se que a obrigatoriedade de ter veículos licenciados/emplacados no local sede do órgão licitador constitui verdade sanção política que tem por objetivo compelir as empresas licitantes ao recolhimento do IPVA para o estado. Entretanto, é flagrantemente inconstitucional a adoção de medidas que impedem ou restringem a participação de empresas na licitação como meio coercitivo para cobrança de tributos.

Reforçando aqui que a exigência recolhimento/emplacamento no estado do órgão licitador afasta a ampla competitividade e é desarrazoada, consoante se extrai no Código de Trânsito Brasileiro, mas precisamente no artigo 120, **todo veículo automotor deve ser registrado, emplacado e licenciado, medidas que devem ocorrer perante o órgão executivo de trânsito do Estado, no Município de domicílio ou residência do proprietário, o que, no caso das pessoas jurídicas, significa a respectiva sede ou**, conforme o caso, o lugar de cada estabelecimento.

Em consonância com essa ordem de ideias, o TCU determinou, nos Acórdãos nº 520/2015 – 2ª Câmara, e, nº 511/2012 – Plenário, o seguinte:

*ACÓRDÃO Nº 520/2015 – TCU – 2ª Câmara. "Em tese, a limitação geográfica tem potencial de restringir a participação de empresas, mas pode ser necessária. 14. Assim, considerando a situação ocorrida, entende-se que o perímetro de doze quilômetros restringiu de fato a participação de outras licitantes no certame, incidindo na vedação contida no art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/1993. 9.2. recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nos termos do art. 250, III, do Regimento Interno do Tribunal, que, ao elaborar o edital referente à contratação para manutenção e reparo de veículos automotores, avalie a possibilidade de agrupar os lotes do certame segundo a marca dos veículos, **bem como avaliar se a disposição geográfica das oficinas mecânicas na cidade de São Paulo/SP é não uniforme**, com vistas a ampliar a competitividade da disputa e atingir maior número de empresas participantes"*

*ACÓRDÃO Nº 511/2012 – TCU – Plenário. 9.2.2. na licitação que vier a ser realizada em substituição ao contrato atual, corrija as seguintes falhas encontradas no Pregão Eletrônico nº 256/2011 e explicitadas no relatório e voto que fundamentam este acórdão: i) inadequação da fórmula de preços utilizada; ii) ausência de estimativa prévia de preços para a mão de obra; e iii) **utilização de critério de restrição territorial impróprio**;*



Nesse mesmo sentido, abaixo, apresentamos outras manifestações do TCU quanto a restrição do universo dos participantes de licitações:

*Ementa. LICITAÇÃO. DISPOSIÇÕES DO EDITAL. ABUSIVIDADE DE EXIGÊNCIAS. MÁCULA DO PROCESSO LICITATÓRIO. INVALIDAÇÃO. 1. As exigências constantes do Edital de Licitação não devem cercear direito ou criar dificuldades à participação de empresas interessadas. 2. As exigências devem estar em consonância com as disposições da Lei nº 8.666/93. 3. Recurso conhecido e improvido. (TJ-MA - APL: 0239922011 MA 0019464-08.2010.8.10.0001, Relator: JOÃO SANTANA SOUSA, Data de Julgamento: 27/10/2015, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/11/2015)*

*TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – “9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;”*

*TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”*

*TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1o, inciso I, do art. 3o da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”*

É inegável que as licitantes que possuem capacidade de fornecer veículos automotores para locação, mas que não possuem sede/matriz no estado do município de Maricá estão aptas a atender com excelência o objeto do certame, podendo inclusive ofertar preços mais vantajosos, atendendo assim a finalidade primordial da licitação, a busca da proposta mais vantajosa para a Administração. Assim, indaga-se: por qual motivo, o Órgão faz a exigência do veículo licitado ser licenciado no município de Maricá? Qual seria a diferença do veículo ser licenciado no município de Maricá ou no Município sede da empresa? Fato é que tal exigência é discriminatória, e constitui flagrante tratamento diferenciado entre os licitantes, que interfere, inclusive, na ampla participação de licitantes de outras regiões.





Outro agravante é que o órgão SEQUER INFORMA O PRAZO DE INICIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. Como a empresa conseguirá abrir filial e emplacar 27 veículos sem mesmo saber o prazo de início da prestação serviço? Impossível! Ademais, no presente edital NÃO HÁ EM MOMENTO ALGUM UMA JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL quanto a solicitação dessa exigência. Isso só reforçar o privilégio que o órgão está concedendo as empresas locais.

Portanto, resta claro, que o mencionado edital não pode trazer consigo formalidades rigorosas e exigências desnecessárias que prejudiquem o caráter competitivo do certame, bem como a isonomia do procedimento licitatório. **O Administrador deve se atentar a elaborar cláusulas que visão ampliar a competitividade nos certames para sim ser gratificante para a Administração Pública.**

Assim sendo, faz-se necessário uma reanálise nos termos do referido edital, com o fim de retirar a exigência de obrigatoriedade que o veículo seja emplacado município de Maricá, o que faz surgir a obrigação de que a ambulância, necessariamente seja licenciada no referido estado, para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

#### **DO FORMALISMO EXACERBADO**

#### **DA IRREGULAR EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS VINCULADOS AOS VEÍCULOS E A BASE DA CONTRATADA NO MOMENTO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

Aponta-se, que a licitação tem seu fundamento jurídico na Constituição da República de 1988, especificamente no artigo 37º, XXI, o qual prever sua obrigatoriedade nos contratos públicos, seja para realização de obras, compras e serviços, com o escopo de resguardar a isonomia entre os contratantes. Por se tratar de procedimento administrativo, ele contém uma série de atos sucessivos e coordenados voltados para a atender ao interesse público, por meio da escolha do negócio mais vantajoso para a Administração Pública, devendo-se garantir, através do Princípio da Isonomia, tratamento uniforme para situações uniformes entre as partes,





para que se obtenha condições que permitam sindicar a observância dos princípios da Legalidade, da Vinculação ao Edital, da Impessoalidade, da Moralidade, da Probidade Administrativa, do formalismo moderado, da razoabilidade e proporcionalidade, sem o que restam, comprometidas a validade da própria licitação e a consecução de seus objetivos. Com fulcro em tais preceitos legais, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser obedecidos, sob pena de restar frustrada a validade e eficácia da licitação pública.

Entre os princípios indicados, coloca-se em ênfase, os da razoabilidade, proporcionalidade e do formalismo moderado, eis que não foram observados por esta estimada Municipalidade ao formular o termo de referência da referida dispensa.

A razoabilidade, proporcionalidade e o formalismo moderado, são princípios constitucionais implícitos aplicados ao Direito Administrativo com o desiderato de definir e impor limites aos atos administrativos. Através deles, há limitação nas atuações e discricionariedades dos Poderes públicos, impedindo que seus agentes, entidades e órgãos tenham atos desarrazoados e desproporcionais, evitando, outrossim, os excessos. Assim, pode-se dizer que esses princípios emanam a essência da ideia que em seus atos, a Administração Pública adote a justiça, equidade, prudência e moderação.

Na seara do direito administrativo sancionador, com o intuito de cumprir rigorosamente as regras que balizam a sua atuação, a Administração Pública por vezes acaba cometendo excessos devidos de mero formalismo exacerbado, como é o caso das presentes demandas, vejamos.

Entre os documentos vinculados a proposta comercial, o órgão deseja que seja apresentado:

20.2 Especificação da frota, com a descrição e quantitativos das ambulâncias (chassi + acessórios + complementos), indicando suas características técnicas, de forma individualizada, como marca, modelo, capacidade e ano de fabricação, anexando cópias de todas as licenças do órgão de trânsito e demais órgãos fiscalizadores; e Cronograma Físico quanto à disponibilidade das ambulâncias e dos acessórios, de forma a atender o início dos serviços.



ANEXO XI  
MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(em papel timbrado da empresa)

*denominação/razão social da sociedade empresarial*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_

*endereço da sociedade empresarial*

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na \_\_\_\_\_ [endereço das instalações], acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Percebe-se pelos itens destacados de amarelo que o órgão exige, NO MOMENTO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, ou seja, ANTES DE SABERMOS QUEM SERÁ A VENCEDORA DO CERTAME, documentação vinculados aos veículos e a base da empresa DENTRO do Município de Maricá. Diante disso, indaga-se: por qual motivo o órgão fez a exigência de apresentação destes documentos no momento da apresentação da proposta? EM QUAL LEGISLAÇÃO o órgão se espelhou para solicitar estes documentos neste momento do certame? Fazemos essa pergunta, pois na Lei 14.133/2021 não há tal previsão.

**Fato é que tal solicitação além de ser ilegal, ela macula o principal objetivo do processo licitatório que é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, visto que solicitando documento restritivo de participação impede que empresas qualificadas e que tenham bom preço de mercado participem da licitação.**

O respeitável Município não pode inovar quanto aos requisitos de habilitação e proposta, e solicitar documentos não previstos em Lei. A



Administração somente pode exigir dos interessados em participar da licitação documentos de que tratam os art. 62 a 70 da Lei Federal n. 14.133/21.

Solicitar tais documentos no momento da apresentação da proposta, o órgão estaria obrigando as empresas a terem 27 ambulâncias e a ter bases/centrais já prontas **ANTES MESMO DE INICIAR O CERTAME**, e, conseqüentemente, antes mesmo de saber quem será o vencedor do certame. Isso é abusivo e não pode ocorrer! O correto seria solicitar, tais documentos, **APENAS** no momento da assinatura do contrato, pois somente a empresa que venceu que teria a obrigatoriedade de **apresentação**. Novamente tal fato só comprova novo privilégio de empresas sediadas no mesmo Município do órgão.

Assim, requer-se que seja excluída dos documentos vinculados a proposta, a exigência de: Especificação da frota (item 20.2), bem como a declaração da indicação da localização das instalações (pág. 97), passando a exigir apenas uma declaração por parte da empresa afirmando que providenciará, dentro do prazo, veículo e local para prestar o serviço, sendo tais documentos exigidos **APENAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO**.

Com base nesses precedentes, não é crível conter em editais de licitações cláusulas que confrontam diretamente os princípios básicos norteadores da administração pública, como da legalidade, da isonomia e da impessoalidade.

**DA IRREGULAR SOLICITAÇÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO VINCULADO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DA IRREGULAR SOLICITAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE CERTIFICADOS DE BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO**

Após a leitura dos documentos de habilitação, é possível ver que o órgão pede o seguinte documento:



(E.7) Licença sanitária municipal da sede ou domicílio da licitante, perante o órgão sanitário competente, para exercer as atividades de comercialização dos serviços objeto deste edital, nos termos do artigo 2º da Lei 6.360/76.

Analisando a Lei, vimos que ela dispõe sobre a atuação da Vigilância sobre as empresas que trabalham com Medicamentos, Drogas, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos. Posto isto, as empresas que se dedicam a serviços de prestação serviços de transporte em ambulâncias não estão envolvidas diretamente na fabricação, importação, exportação desses produtos. A atividade principal dessas empresas é fornecer veículos equipados para transporte de pacientes, o que não se enquadra no âmbito de produtos mencionados na Lei nº 6.360/76.

Posto isto, por qual motivo o órgão solicitou alvará sanitário da empresa vinculado a Lei nº 6.360/76? A atividade de serviços de ambulâncias deve ser regulada por normas específicas relativas ao transporte e aos serviços de saúde, mas não necessariamente pelas mesmas exigências sanitárias aplicáveis à indústria de medicamentos. Existem resoluções e portarias da ANVISA e do Conselho Federal de Medicina que regulam o funcionamento dos serviços de transporte de emergência, mas estas não são cobertas pela Lei nº 6.360/76.

Nesse ponto é fundamental distinguir entre empresas que prestam serviços de saúde, como a remoção de pacientes em ambulâncias, e aquelas que produzem ou comercializam medicamentos, vejamos.

Empresas que prestam serviços de saúde em ambulância, sua principal atividade é transporte e remoção de pacientes, oferecendo suporte médico durante o trajeto. Essa atividade está vinculada a resoluções e portarias específicas para o transporte de pacientes, como as regulamentações da ANVISA, do Conselho Federal de Medicina (CFM), e das secretarias estaduais e municipais de saúde. Já as empresas que produzem ou comercializam medicamentos, possui como principal atividade a fabricação, importação, exportação, comercialização e distribuição de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene e saneantes, sendo submetida a Lei nº 6.360/76, bem como outras legislações e regulamentações



PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19129/2024  
Data de Início: 06/08/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 20

específicas da ANVISA. Posto isto, a regulação deve ser adequada ao tipo de atividade desempenhada, sem impor exigências destinadas a um setor distinto e com necessidades regulatórias diferentes.

Portanto, exigir de licitantes que prestam serviços de remoção de pacientes o alvará sanitário de comercialização de medicamentos é abusivo, pois impõe requisitos não pertinentes e gera custos e burocracias desnecessárias, sem benefícios claros para a segurança ou qualidade dos serviços prestados.

Outra agravante é com relação a exigência de comprovação dos requisitos impostos pela Resolução Anvisa RDC nº 59, de 27 de junho de 2000. Para analisar tal solicitação, é necessário expor o que ela essa lei prevê, vejamos:



**Ministério da Saúde**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária**

**RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 59, DE 27 DE JUNHO DE 2000.**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento da ANVS aprovado pelo Decreto 3.029, de 16 de abril de 1999, em reunião realizada em 20 de junho de 2000,

considerando a Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976 e seu regulamento, o Decreto nº 79094 de 5 de janeiro de 1977;

considerando a necessidade de instituir e implementar requisitos de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos que fabriquem ou comercializem produtos médicos, de forma a garantir a qualidade do processo e o controle dos fatores de risco à saúde do consumidor, com base nos instrumentos harmonizados no Mercosul;

adota a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º - Determinar a todos fornecedores de produtos médicos, o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelas "Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos", conforme Anexo I desta Resolução.

Agora, apresenta-se abaixo, QUAL EMPRESA POSSUI A OBRIGATORIEDADE DE TER ESSE DOCUMENTO:





2. A quem se aplica o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)?

O Certificado de Boas Práticas de Fabricação se aplica à empresas fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países, incluindo também as indústrias associadas.

Tal informação foi retirado no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa no link abaixo:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/administrativo/certificados-de-boas-praticas/cbpf>

Posto isto, agora faz-se necessário apresentar o objeto licitado pelo órgão, vejamos:

Objeto:	Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação serviços de Transporte de apoio às atividades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, notadamente o transporte inter-hospitalar e transporte entre as Unidades de Saúde de Maricá, visando atendimentos primários e/ou secundários que por sua vez, necessitam de transporte seguro, confortável com os seguintes tipos de ambulâncias: Tipo B - ASB (ambulância de suporte básico), Tipo D - ASA (ambulância de suporte avançado); Tipo D - ASA OBESO (portadores de obesidade mórbida) e Tipo D - NEOPED (neonatais e pediátricos).
---------	---

**Assim, não conseguimos compreender POR QUAL MOTIVO O ÓRGÃO SOLICITA comprovação dos requisitos impostos pela Resolução Anvisa RDC nº 59, de 27 de junho de 2000.**

A Lei 14.133/2021, lei esta que o edital se espelha, informa de forma TAXATIVA quais documentos devem ser solicitados aos licitantes e tais documentos DEVE TER COMPATIBILIDADE com o objeto licitado. Tal medida garante-se que todos aqueles que preencham os requisitos mínimos para contratar com a Administração possam participar do certame em igualdade de condições. Concretiza-se, dessa forma, o princípio constitucional da impessoalidade, uma vez que evita que o agente público possa, por motivos de índole subjetiva, afastar do certame este ou aquele interessado.



Conforme exposto acima, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação é obrigatório a empresas que **FABRICAM** Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos. Assim, não existe justificativa plausível para fazer a exigência de apresentação desse documento as empresas que tem como objeto social a **disponibilização de ambulâncias para remoção de pacientes**.

Em simples pesquisa, podemos obter essa informação de forma clara no portal GOV.BR (portal do governo nacional):

Google

Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para a



Todas Imagens Shopping Vídeos Notícias Mais

Ferramentas

Aproximadamente 8.370.000 resultados (0,37 segundos)

O Certificado de Boas Práticas de Fabricação se aplica a empresas fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países, conforme definido em normas específicas. 16 de out. de 2020



GOV.BR

<https://www.gov.br> Certificados de Boas Práticas

Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)

Sobre trechos em destaque Feedback

Dessa forma, reiteramos, o respeitável Município não pode inovar e solicitar documentos que NÃO POSSUI COMPATIBILIDADE COM O OBJETO LICITADO. Solicitar documentos desnecessários ou desproporcionais ao objeto da licitação é considerado uma infração à lei, além de ferir gravemente os princípios são tratados na Lei nº 14.133/2021, como o da Competitividade e Legalidade.

Posto isto, requer a está estimada comissão de licitação que realize uma revisão minuciosa do presente edital para garantir que todas as exigências documentais sejam pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, bem como requer a EXCLUSÃO da exigência contida no item 22.20., pág. 82 do edital, do contrário, o edital do Pregão Eletrônico n.º 17/2024 – SRP corre sério risco de ser anulado o que gerará retrabalho e atrasos, além de possíveis custos adicionais para a Administração.





### **II.III - DA OMISSÃO DO PRAZO PARA A ENTREGA DO OBJETO LICITADO**

O Legislador, atento a possíveis cláusulas ilegais e restritivas de direito, dispôs, expressamente, na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quais exigências/condições podem ser inseridas/requeridas nos instrumentos convocatórios. Entre elas, devido à falta de sua previsão no presente instrumento convocatório, destacaremos a previsão do prazo de entrega do objeto do certame.

O artigo 25º da Lei 14.133, dispõe, de forma taxativa, todas condições/informações que devem ser inseridas nos editais de licitações. Vejamos:

**Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.**

Dentre as condições previstas acima, há a obrigatoriedade de previsão das condições de entrega do objeto licitado que é indispensável a segurança jurídica dos contratantes, motivo pelo qual faz-se necessário sua inclusão no presente edital.

A Impugnante, após leitura do documento publicado pelo estimado órgão, constatou que, o edital e seus anexos não informam, **em momento algum**, em qual prazo os veículos devem ser disponibilizados/entregues ao órgão contratante, ou seja, não foi informado em qual momento deve iniciar a prestação de serviço. informação esta que reflete diretamente na prestação de serviço, motivo pelo qual, faz-se necessário sua inclusão.

Em decorrência da especificidade do objeto licitado, e pelo fato do órgão solicitar ao todo 27 veículos e bases descentralizadas, o prazo de entrega necessita ser analisado de forma minuciosa, pois caso seja considerado um prazo exíguo, este se transformará em fato impedimento restritivo de participação no referido certame. Posto isto, os licitantes que participarão deste processo precisam saber,



ANTES DA ABERTURA DO EDITAL, em qual prazo, após assinatura do contrato/ata, deverão iniciar a prestação de serviço.

O órgão traz apenas essa informação:

#### 5. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1 As ambulâncias, objeto da presente licitação, serão apresentadas devidamente equipadas por tipo, com os motoristas e equipes devidamente uniformizados para início dos serviços (com todos os acessórios previstos), a fim de serem vistoriados e aceitos pela SMS, inclusive os veículos da reserva técnica,

5.2 CONTRATADA iniciará a execução dos serviços após o recebimento da ordem de serviço, a qual será emitida após a assinatura do contrato, (2.8.16).

Acerca do assunto, é sabido que a Legislação Vigente incita a Administração Pública a oferecer a todos os interessados igualdade de oportunidade nas contratações de serviços públicos. Por intermédio dessa equanimidade busca-se a obtenção da contratação vantajosa para a administração, ao mesmo tempo em que afasta a possibilidade de qualquer arbitrariedade na seleção do contratante.

Diante disso, necessário se faz que o presente edital seja retificado e passa a constar um prazo exequível para início da prestação de serviço, visto que caso tenha um prazo muito pequeno, este prazo acabará por se transformar em impedimento objetivo para que empresas estejam aptas para execução do presente contrato, uma vez que o prazo exíguo impede que a correta organização dos serviços.

Nesse sentido, o artigo art. 9º, inciso I, alínea a, da Nova Lei de Licitações e Contratos ao dispor sobre a finalidade e regras do procedimento licitatório, previu expressamente que:

*Art. 9º É **vedado ao agente público** designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:*

*I - **admitir, prever, incluir ou tolerar**, nos atos que praticar, **situações que:***

*a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;*



Através da interpretação literal supra, verifica-se que Lei de Licitação não concede a Administração Pública a possibilidade de exigir condições que comprometam o caráter competitivo do certame, dando margem a escolhas impróprias e escusas e desvirtuadas do interesse coletivo.

Neste contexto, é que se vê imperiosa a necessidade de alterar o edital para fazer constar um prazo adequada de entrega, do contrário haverá problemas no cumprimento de suas obrigações antes do início da execução do contrato.

**Entendemos que para ampliar a competitividade e participação no certame e proporcionar preço mais vantajoso para essa Administração, faz-se necessário um prazo de entrega para no mínimo 60 (sessenta) dias úteis, como forma de garantir a perfeita prestação dos serviços, de forma exequível, conforme prática de mercado.**

### **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que se proceda a devida correção do edital em comento para que:

- a) Exclua a exigência de obrigatoriedade de filial/base/central de atendimento no município de Maricá. Caso este não seja o entendimento do órgão, requer então que seja estipulado um prazo de pelo menos 60 dias úteis para comprovação da base da empresa dentro do referido Município.
- b) Que seja excluído dos documentos vinculados a proposta, a exigência contida no item 20.2 do edital (especificação de frota), bem como declaração da indicação da localização das instalações (pág. 97), passando a exigir apenas uma declaração por parte da empresa afirmando que providenciará, dentro do prazo, veículo e local para a regular prestação de serviço, sendo tais documentos exigidos APENAS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO.



PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19129/2024  
Data de Início: 06/08/24  
Rubrica: 74 Fls: 26

- c) Que seja excluído, entre os documentos de habilitação, a exigência contida no item "E.7" – pág. 27 do edital (Licença sanitária municipal nos termos do artigo 2º da Lei 6.360/76.), bem como exclua a exigência contida no item 22.20., pág. 82 do edital (exigência de comprovação dos requisitos impostos pela Resolução Anvisa RDC nº 59, de 27 de junho de 2000), visto que tais documentos não possuem compatibilidade e obrigatoriedade com o objeto licitado.
- d) Que passe a constar prazo exequível de, no mínimo, 60 (sessenta) dias úteis, para entrega do objeto licitado, em atenção ao princípio da competitividade e isonomia entre os licitantes.
- e) Que ocorra a retirada a exigência de obrigatoriedade que o veículo seja emplacado município de Maricá, o que faz surgir a obrigação de que a ambulância, necessariamente seja licenciada no referido estado, para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.
- f) Requer, por fim, que seja determinada a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme preceitua a legislação.

Nestes termos,

pede deferimento.

Belo Horizonte, 04/07/2024.

GILBERTO  
DE FARIA  
PESSOA  
MOREIRA:06  
835354631

Assinado de forma  
digital por  
GILBERTO DE FARIA  
PESSOA  
MOREIRA:06835354  
631  
Dados: 2024.08.04  
18:25:50 -03'00'

*Gilberto D. F. Pessoa Moreira*  
**A & G SERVICOS MEDICOS LTDA**  
**12.532.358/0001-44**

**GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA**  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
**RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31**

**A & G Serviços Médicos Ltda**  
**12.532.358/0001-44**  
**Av. Francisco Pinto de Mello-48**  
**Eldorado- Contagem- MG**  
**CEP: 32.265-470**


**QR-CODE**




Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.


As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO/SENATRAN**




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
 SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO





**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

23801241149



**2 e 1 NOME E SOBRENOME**  
 MATEUS DE CASTRO MARCHINI

**1ª HABILITAÇÃO**  
 14/06/2005

**3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO**  
 02/02/1987, BELO HORIZONTE, MG

**4A DATA EMISSÃO**  
 08/06/2022

**4B VALIDADE**  
 08/06/2032

**ACC**  
 D

**4C DUC IDENTIDADE E ORG EMISSOR / UF**  
 MG10643401 SSP MG

**4E CFI**  
 070.396.276-04

**3 Nº REGISTRO**  
 03612668525






**5 CAT HAB**  
 B








**NACIONALIDADE**  
 BRASILEIRO

**FISSÃO**  
 IVAN MARCHINI

**MARIA REGINA M DE C MARCHINI**

**7 ASSINATURA DO PORTADOR**

	5	10	11	12
<b>ACC</b>				
<b>A</b>				
<b>A1</b>				
<b>B</b>			08/06/2032	
<b>B1</b>				
<b>C</b>				
<b>C1</b>				

	5	10	11	12
<b>D</b>				
<b>D1</b>				
<b>BE</b>				
<b>CE</b>				
<b>C1E</b>				
<b>DE</b>				
<b>D1E</b>				

**12 OBSERVAÇÕES**

**LOCAL**  
 BELO HORIZONTE, MG

ASSINADO DIGITALMENTE  
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO  
 44248354015  
 MG618105620

**MINAS GERAIS**

2 e 3 Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeiro Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date / Fecha de Vigencia - 4c. Documento Identidade / Identity Document / Documento de Identidad - 5. Categoria de Veículos da Categoria de Habilitação / Driver License Category / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - 6. Filiação / Filiation / Filiación - 7. Observações / Observations / Observaciones Local / Place / Lugar

I<BRA036126685<254<<<<<<<<<<  
8702023M3206087BRA<<<<<<<<<8  
MATEUS<<DE<CASTRO<MARCHINI<<<<



VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1986305292

NOME WILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA	
DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF 085720143 MT MG	
CPF 068.353.546-31	DATA NASCIMENTO 11/11/1984
FILIÇÃO ANTONIO CELSO PESSOA G MOREIRA MARIA SOCORRO FARIA MOREIRA	
PERMISSÃO	ACC
CAT. HAB. B	
Nº REGISTRO 04277552873	VALIDADE 26/12/2024
1ª HABILITAÇÃO 09/10/2009	



1986305292

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
DIAMANTINA, MG

DATA EMISSÃO  
26/12/2019

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

50141219564  
MG568180917

MINAS GERAIS

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN





Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 191.291/2024  
Data de Início: 16/08/24  
Lança: 29 Fls: 29

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31208924626

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: A & G SERVICOS MEDICOS LTDA  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGE2400578739

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

CONTAGEM  
Local

24 JUNHO 2024  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Processo em Ordem  
À decisão

Data

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

## OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/11





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19129/2024  
Data de início: 16/08/24  
Rubrica: [assinatura] Fls. 30

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/414.932-1	MGE2400578739	04/07/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

[assinatura]  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/11

**18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

**A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

**CNPJ 12.532.358/0001-44**

**NIRE 312.089.246.2-6**

**GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, médico, nascido aos 11/11/1984, inscrito no CRM/MG sob o nº 51.801, portador da carteira de identidade nº MG-12.229.063, expedida pela SSP/MG e do CPF 068.353.546-31, residente e domiciliado à Rua Doutor Marco Paulo Simon Jardim, nº 980, Apto. 501, Torre 1, Bairro Piemonte, CEP 34.006-200, no município de Nova Lima/MG.

**MATEUS DE CASTRO MARCHINI**, brasileiro, casado sob regime de separação de bens, médico, nascido aos 02/02/1987, inscrito no CRM/MG 57.075, portador do Documento de identidade nº MG-10.643.401, expedida pela SSP/MG e do CPF 070.396.276-04, residente e domiciliado à Rua Rubi, nº 550, Alphaville, Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-062, no município de Nova Lima/MG

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada "**A&G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**", com sede na Avenida Francisco Firmo de Matos, nº 46, Bairro Eldorado, CEP 32.265-470, no município de Contagem/MG, devidamente registrada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 312.089.246.2-6 em 14/09/2010, resolvem que a partir desta data, seu contrato social se regerá pelo Novo Código Civil Brasileiro CC/2002, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**RESOLVEM** alterar as seguintes cláusulas do contrato social, de acordo com as cláusulas e condições a seguir e, nas suas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária:

**I - DA ABERTURA DE FILIAL**

A sociedade resolve abrir uma nova filial situada à Rua Itiquira, nº 458, Coworking, Bairro Santa Fé, CEP 79.021-290, no município de Campo Grande/MS. com o objeto social de: atividade de locação de veículos e ambulância.

**II - DISPOSIÇÕES FINAIS - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente instrumento. Os sócios deliberam por promover a consolidação do Contrato Social da empresa, que passa a ter a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

**PRIMEIRA - DA NATUREZA E DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade é de natureza EMPRESÁRIA, sob a forma limitada, com o nome empresarial de "**A & G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**", e adota como nome de fantasia a expressão "**GRUPO CMD SAÚDE**".

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE**

A sociedade(matriz) é sediada na Avenida Francisco Firmo de Matos, nº 46, Bairro Eldorado, CEP 32.265-470, no município de Contagem/MG.



**18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

2.1- A sociedade possui uma filial – inscrita no CNPJ 12.532.358/0004-97 e NIRE 159.020.523.0-9, com sede e foro na VIA FOLHA 27, QUADRA 7, LT 2, SALA 1, Bairro Novo Marabá, CEP 68.509-190, no município de Marabá/PA, tendo como o objeto social as atividades de: serviços de remoção de pacientes, serviços móveis de atendimento a urgência, atividade de atenção ambulatorial e atividades de enfermagem, serviço de transporte de passageiros com condutor, locação de automóveis sem condutor, locação de equipamentos hospitalares.

2.2 - A sociedade possui uma filial – Rua Itiquira, nº 458, Coworking, Bairro Santa Fé, CEP 79.021-290, no município de Campo Grande/MS. com o objeto social de: atividade de locação de veículos e ambulância.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

A sociedade iniciou suas atividades em 01/09/2010 e seu prazo de duração é indeterminado, tem filiais e fica com poderes de constituir a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem por objeto social as atividades de: atendimento médico hospitalar, com internação em prontos socorros e unidades de atendimento a urgências; UTI móvel; medicina do trabalho; locação de ambulâncias com ou sem motorista; serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho; as atividades de assessoria e consultoria em áreas profissionais, científicas e técnicas; aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; serviços combinados de escritório e apoio administrativo, tais como, serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento e preparação de material para envio por correio; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; atividades de consultas e tratamento médico prestadas à pacientes externos exercidas em consultórios, ambulatorios, postos de assistência médica, clínicas médicas, clínicas oftalmológicas e policlínicas, consultórios privados em hospitais, clínicas de empresas, bem como realizadas no domicílio do paciente; laboratórios clínicos; atendimento médico domiciliar; serviços móveis de atendimento a urgências; as atividades prestadas por médicos autônomos ou constituídos como empresas individuais e que exercem a profissão em consultórios de terceiros ou em unidades hospitalares, inclusive os anestesistas; serviços de remoção de pacientes, as atividades de consultas e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em clínicas de empresas, bem como, no domicílio do paciente; atividades realizadas por enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e psicanalistas, fisioterapeutas realizadas em centros e núcleos de reabilitação física, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos; outras atividades de serviços profissionais da área de saúde, terceirização serviços médicos e medicina e segurança do trabalho, transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.

**CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizados em moeda corrente vigente no País e distribuído entre os sócios na seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA	500.000	R\$ 500.000,00	50%
MATEUS DE CASTRO MARCHINI	500.000	R\$ 500.000,00	50%
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000</b>	<b>R\$ 1.000.000,00</b>	<b>100%</b>



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

## 18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

§ 1º - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

§ 2º - Estando totalmente integralizado o capital social, os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, sendo vedado aos sócios e administradores o uso da sociedade ou de sua denominação social para finalidades estranhas aos interesses sociais, tais como avais ou fianças.

### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO

A sociedade será administrada pelos sócios **GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA** e **MATEUS DE CASTRO MARCHINI** que assinam em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s). (arts. 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).

### CLÁUSULA OITAVA – DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1.065, CC/2002).

§ 1º - A critério dos quotistas, a sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais, semestrais, anuais e extraordinários para fins contábeis, dando aos lucros ou prejuízos apurados o fim que melhor lhes convier

§ 2º - Os lucros apurados nestes balanços poderão, a critério dos sócios, serem distribuídos proporcionalmente à participação social de cada quotista, ou mesmo desproporcional (neste caso será feito documento assinado por todos os quotistas concordando com a distribuição desproporcional), ou ainda permanecerem em conta de lucros acumulados ou reservas de lucros para posterior destinação.

§ 3º - Também as perdas e prejuízos apurados nestes balanços, poderão ser absorvidos pelos sócios proporcionalmente à participação de cada um ou permanecerem em conta de prejuízos acumulados.

§ 4º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

[assinatura]  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## 18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

1.078, CC/2002).

§ 5º - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios quotistas, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às cotas de capital de cada um.

### CLÁUSULA NONA – DA RETIRADA DO PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, Observadas as disposições regulamentares pertinentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FALECIMENTO DE SÓCIO OU INTERDIÇÃO

Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse desses ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ 1º - Fica ressalvado aos herdeiros o direito de renúncia em participar da sociedade, e, neste caso, a pedido deles, será procedido balanço, com o prazo de 30 (trinta) dias, demonstrando situação da empresa à época do falecimento, apurando-se o valor contábil da participação do sócio falecido, servindo este como base para pagamento dos sócios renunciantes.

§ 2º - Caso seja exercida a opção prevista no parágrafo anterior, o pagamento deverá ser efetivado de acordo com as disponibilidades do sócio adquirente ou da sociedade, sem que evidentemente a forma de pagamento inviabilizem o negócio jurídico.

§ 3º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002).

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – HABILITAÇÃO LEGAL

Os sócios e administradores declaram, expressamente, que estão excluídos dos impedimentos previstos no § 1º. do artigo 1.011, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO EXERCÍCIO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS

Nos termos da legislação vigente, o exercício financeiro/contábil coincide com o ano civil, ou seja, do dia 01 de janeiro a 31 de dezembro, sendo que a cada período de doze meses proceder-se-á ao Balanço Geral da Sociedade, cujos Lucros ou Prejuízos verificados serão por opção dos sócios capitalistas, lançados em conta de reserva ou distribuídos entre os sócios, podendo ser distribuído desproporcionalmente às quotas de capital.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos entre os quotistas. Na impossibilidade de composição amigável, serão aplicadas, supletivamente, as normas previstas na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas).



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

## 18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LEGISLAÇÃO SUPLETIVA

Em conformidade com o parágrafo único do art. 1.053 da lei 10.406/02 (CC/02), essa sociedade rege-se supletivamente pelas normas da sociedade anônima.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Contagem/MG, como único competente para apreciar ou dirimir quaisquer dúvidas surgidas com a interpretação do presente instrumento, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que lhes possa ser assegurado em razão de domicílio.

Assim, por estarem acordados, obrigam-se a fielmente cumprir, em todos os seus termos, as cláusulas e condições caracterizadas no corpo desse instrumento, E, por estarem assim justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento.

Contagem/MG, 24 de junho de 2024.

**GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA**

Sócio Administrador

Assinado digitalmente.

**MATEUS DE CASTRO MARCHINI**

Sócio Administrador

Assinado digitalmente



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 19129/2024

Data de Início: 16/08/24

Rubrica: [assinatura] Fls: 36

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/414.932-1	MGE2400578739	04/07/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/11





Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19129/2024  
Data de Início: 16/08/24  
Rubrica: 84 Fls: 37

## Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 24/414.932-1 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 11822464 em 08/07/2024 da empresa 3120892462-6 A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
5492008747-1	12.532.358/0005-78	RUA ITIQUIRA 458 COWORKING - BAIRRO SANTA FE CEP 79021-290 - CAMPO GRANDE/MS

8 de jul de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/11



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19129/2024  
Data de Início: 16/08/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 38

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, de NIRE 3120892462-6 e protocolado sob o número 24/414.932-1 em 04/07/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11822464, em 08/07/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Cesar Mariano dos Santos.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

		Assinante(s)
CPF	Nome	
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA	
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI	

Documento Principal

		Assinante(s)
CPF	Nome	
068.353.546-31	GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA	
070.396.276-04	MATEUS DE CASTRO MARCHINI	

Belo Horizonte, segunda-feira, 08 de julho de 2024



Documento assinado eletronicamente por Cesar Mariano dos Santos, Servidor(a) Público(a), em 08/07/2024, às 14:04 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/414.932-1.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/11



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 1912912024  
Data de Início: 16/08/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 39

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 08 de julho de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11822464 em 08/07/2024 da Empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, Nire 31208924626 e protocolo 244149321 - 04/07/2024. Efeitos do registro: 24/06/2024. Autenticação: DEF4A6774D2FF942064461FFC973A441C2968C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/414.932-1 e o código de segurança moEq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/11

OK